

A REFORMA CAMPONESA BRASILEIRA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA SEGUNDO HANNAH ARENDT

The Brazilian Campones Reform and Political Participation by Hannah Arendt

Flávio Henrique Navarro Hashimoto¹

Recebido em: outubro de 2017

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

O presente trabalho buscou abordar sobre a importância de se discutir sobre a necessidade da reforma agrária brasileira, por meio da Condição Humana de autoria da filósofa Hannah Arendt. Em sua obra, Arendt aponta que a sociedade precisa levar para o debate assuntos que sejam de interesse coletivo e não de interesses particulares, uma vez que os interesses individuais não favorecem o todo, mas uma ou pequena parcela e, algumas vezes, pode prejudicar o restante da sociedade. A reforma agrária precisa ser discutida pela sociedade, entretanto esse tema precisa ser discutido, para ver como a reforma no campo pode beneficiar a sociedade e como realizá-la. Contudo, a busca por um pedaço de terra para trabalhadores sem-terra gera conflitos, alguns até armados, graças à interesses individuais. Portanto, para que a reforma agrária seja um assunto discutido, visando o benefício de todos, é preciso haver a participação política sobre qual é a função social da terra. Por meio dessa problemática, o artigo foi estruturado de uma forma que permitisse abordar o que se pretende, utilizando autores que abordam sobre a importância que uma reforma agrária beneficiaria a sociedade.

Palavras-chave: Lutas Camponesas; Liberdade; Domínio Público.

Abstract

The present work sought to discuss the importance of discussing the need for Brazilian agrarian reform, through the Human Condition by the philosopher Hannah Arendt. In his work, Arendt points out that society needs to bring to the discussion issues that are of collective interest rather than particular interests, since individual interests do not favor the whole, but one or a small portion and sometimes can The rest of society. Agrarian reform needs to be discussed by society, however this theme needs to be discussed, to see how reform in the countryside can benefit society and how to realize it. However, the search for a piece of land for landless workers generates conflicts, some even armed, thanks to individual interests. Therefore, in order for agrarian reform to be a matter of discussion, for the benefit of all, there must be political participation on what the social function of the land is. By means of this problematic, the article was structured in a way that allowed to approach what is wanted, using authors that approach on the importance that an agrarian reform would benefit the society.

Keywords: Peasant struggles; Freedom; Public Domain.

INTRODUÇÃO

A busca pela verdadeira reforma agrária no país sempre causou conflitos, muitas vezes conflitos armamentistas, onde interesses de domínio privado estiveram à frente de domínio público. Ao longo da história o campo se tornou o espaço de realização dos maiores conflitos internos de um país, uma vez que a busca de conseguir um pedaço de terra tem um significado maior que apenas um meio de sobrevivência, mas de liberdade.

O presente artigo, por meio dessa necessidade de se realizar uma reforma agrária no Brasil que vise não os interesses particulares, mas coletivos, uma vez que o pedaço de terra proporciona uma sensação de independência para o agricultor familiar, foi visado neste estudo discutir sobre a importância de se ter a reforma agrária no país por meio do que a filósofa Hannah Arendt aborda em sua obra “A Condição Humana”. Em sua obra filosófica foi buscado interpretar a modernidade como período que colocou em perigo a condição mais básica da vida humana, a pluralidade. Para Arendt, essa pluralidade consiste em uma igualdade e uma diferença, fator este em que a filósofa aponta a necessidade de colocarmos os interesses coletivos à frente dos interesses particulares. Entretanto, os interesses da produção capitalista são os que dominam a sociedade atual (KAUTSKY, 1980).

Mesmo que a filósofa utilizada no presente artigo não seja de linha de pensamento marxista e a temática “reforma agrária” seja de um interesse de autores do marxismo, Arendt buscou em suas obras seguir uma linha de pensamento crítico, onde era preciso que o ser humano se auto avaliasse sobre como a sociedade estava encaminhando. Para discutir a reforma agrária é preciso que o ser humano avaliasse de forma crítica sobre o que ela é e como a sociedade pode se beneficiar.

Para isso, o artigo foi dividido nas seguintes etapas: A busca pela verdadeira Reforma Agrária; A busca pela participação política de acordo com Hannah Arendt; e A Reforma Agrária como assunto de Domínio Público. Essa divisão no artigo, se acredita, permitiu discutir sobre o que a filósofa aponta sobre a necessidade de se pôr os interesses coletivos em primeiro lugar, alinhado com a temática reforma agrária.

Na primeira parte foi realizado uma discussão com autores que abordaram sobre a importância de uma reforma agrária que atenda os interesses de todos e não apenas de uma pequena parte da população. Para isso, foi buscado dialogar com autores que apontam sobre como a sociedade pode se beneficiar da reforma agrária.

Em seguida é abordado sobre a busca pela participação política pela sociedade, de acordo com Hannah Arendt. Nesta parte da pesquisa foi discutido sobre como a sociedade precisa tomar

o cuidado com o que discutirá no espaço público e, interesses particulares devem serem discutidos no domínio privado.

Após essa etapa foi feito uma discussão sobre a reforma agrária brasileira como assunto de Domínio Público. Para essa parte do estudo foi procurado discutir sobre o porquê a reforma agrária deve ser assunto de interesse público.

A busca pela verdadeira reforma agrária

Graças ao desenvolvimento do sistema de produção capitalista, a sociedade sofreu mudanças drásticas num todo. O campo e a sua população, espaço este integrado a sociedade, também sofreram impactos por meio desse desenvolvimento do sistema de produção capitalista. Nos dias de hoje, o modo de produção capitalista é a que domina a sociedade atualmente (KAUTSKY, 1980).

Um dos fatores causados pelo sistema de produção capitalista é o êxodo rural que aconteceu no mundo. Um dos resultados desse impacto é a distribuição populacional entre campo-urbano, sendo que atualmente 54% da população mundial vive nas áreas urbanas, dado este que pode saltar para 66% no ano de 2050 (UNRIC, 2017). Por meio dessa realidade, como está o campo? Especificamente, como está o campo brasileiro?

O rural se modificou drasticamente com o passar dos anos, graças ao desenvolvimento tecnológico. Se antes, como no período da Idade Média, os camponeses constituíam uma sociedade econômica que produzia não apenas os seus alimentos, mas sim os seus instrumentos e vestimentas (KAUTSKY, 1980). Atualmente o agricultor familiar não produz o que precisa, além do alimento que ganhou *status* de *mercadoria*, vestimentas e instrumentos agora são comprados. Essa situação se modificou com o passar do tempo graças a incorporação do rural à indústria, que tornou as famílias dependentes de materiais básicos, como ferramentas ou vestimentas, que antes eles mesmo fabricavam.

Além desse fator que o sistema capitalista causou no campo, o impacto de maior importância foi a expulsão desses mesmos camponeses do campo, que os transferiu para as áreas urbanas. Esse êxodo rural ocasionou o inchamento das áreas urbanas e o aumento de problemas socioambientais, além de fazer a terra se tornar propriedade de poucos.

No Brasil esse processo aconteceu da mesma forma, contudo ocorreram conflitos de interesses que, na pior das hipóteses, causou conflitos armados. Milhares de pessoas, infelizmente, morreram por causa desse interesse particular.

O latifundiário brasileiro se perpetuou no campo e construiu uma base sólida que dificilmente favorecerá uma mudança na distribuição de terras no país. Só de deputados federais

na Legislatura 2015-2018, 207 deputados federais fazem parte dos interesses ruralistas, tirando os representantes no Senado Federal, que juntos formam o FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) ou popularmente conhecida como bancada ruralista (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

Essa ascensão do latifundiário brasileiro ao poder se deu a todo um processo histórico que, junto com o apoio dos Governos Federais, que houveram no país, favoreceram o seu crescimento. Entretanto, deve-se deixar claro antes de discorrer no artigo, não se deve banir completamente o agronegócio no país, porém é preciso que ache uma reforma agrária que permita o convívio das duas partes e que o pequeno agricultor tenha condições reais de poder produzir e sobreviver dignamente no campo com a sua família.

De acordo com Martins (1981), as primeiras grandes batalhas que envolviam os camponeses no Brasil coincidem com a passagem do Império para a República. As batalhas realizadas no sertão de Canudos na Bahia entre os anos de 1893 a 1897; e A Guerra do Contestado realizada na divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina entre 1912 a 1916, são exemplos de combates em que o uso das forças militares, do governo, e das polícias estaduais foram usadas como instrumentos para a tentativa da restauração da monarquia sertaneja. Diferentemente da monarquia dos Bragança que foram expulsas do país em 1889, os sertanejos ou latifundiários da época buscavam permanecer no poder. A monarquia latifundiária estava entrando em um processo de perda de poder no país e esses combates, armados algumas vezes, foram meios de combater a sua derrocada. Esses conflitos que visavam a permanência das “dinastias” das elites rurais se perpetuaram até a década de 1930 (OLIVEIRA, 2007).

Na década de 1930, conforme aponta Oliveira (2007), período este em que a sociedade brasileira visava o desenvolvimento da industrialização e da urbanização, o campo estava sendo palco de disputa de interesses, em que diversas tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais, juntas com o PCB (Partido Comunista Brasileiro), foram buscadas entre as décadas de 1940-1960. Um exemplo dessas buscas de organização aconteceu no Nordeste com a criação das Ligas Camponesas que visavam pela luta da terra e contra a exploração do trabalho:

A origem da expressão “Ligas Camponesas” está relacionada ao movimento de organização de horticultores da região de Recife pelo PCB. A maioria desses núcleos desapareceu, depois do fim da legalidade do Partido. A primeira delas foi a “Liga Camponesa de Iputinga” fundada em 3 de janeiro de 1946 em Pernambuco (OLIVEIRA, 2007, p. 105).

A união dessas ligas, junto com setores urbanos e partidos políticos, segundo Arantes, Menezes e Peixoto (2014, p. 140) “obrigou o governo da época (Getúlio Vargas) a criar, pontualmente e de forma precária, os primeiros assentamentos rurais de reforma agrária”. Contudo, a partir de 1964, principalmente, as lutas se modificaram e os vilões eram outros:

A questão da reforma agrária, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros, tanto no Nordeste quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos rapidamente a uma relação precária e extorsiva de arrendamento. Depois disso cresceu muito e rapidamente a entrada de grandes empresas no campo – sejam envolvidas diretamente na produção agrícola e pecuária, sejam envolvidas na comercialização e industrialização dos produtos agrícolas, seja envolvidas na venda de insumos aos produtores agrícolas (MARTINS, 1981, p. 10-11).

Com o apoio do Governo Militar, políticas de incentivos fiscais para o desenvolvimento do campo e, alinhado com a Marcha para o Oeste Brasileiro que tinha como objetivo fazer a presença do Governo na Região Norte, fez com que os agricultores familiares fossem ameaçados ou expulsos. Outro ponto que causou o Êxodo Rural foi a implantação da Revolução Verde no campo que se iniciou na década de 1950 e que se estendeu nas décadas seguintes, principalmente no Período Militar:

A Revolução Verde, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo (ANDRADE; GANIMI, 2007, p. 44).

E o acesso à tecnologia não era fácil para os agricultores familiares da época, causando a expropriação da terra:

Isso provocou um intenso processo de expropriação no campo, conseqüentemente levou ao aumento da concentração fundiária e da concentração de renda. De maneira geral, percebe-se que, no ano de 1948 (antes do processo de implantação da Revolução Verde), o país possuía, com menos de 10 hectares, 654.557 estabelecimentos, ocupando uma área de 8.893.439 hectares. No mesmo ano, quando se analisa os números dos estabelecimentos com 10.000 ou mais hectares, vê-se que existem apenas 1.273 propriedades ocupando uma área de 33.504.832 hectares. Já quando se olham os dados do ano de 1985 (após a implantação da Revolução Verde), encontra-se que: 52,9% dos estabelecimentos são menores que 10 hectares e que ocupam 2,6% da área agricultável. Por outro lado, as propriedades agrícolas com mais de 1.000 hectares somam 0,8% do número total de estabelecimentos agrícolas e ocupam uma área correspondente a 43,9% de hectares de terra. Esses dados

são relevantes, pois mostram o aumento de processo de concentração fundiária (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 52-53)

Essa situação começa a se modificar no período final da Ditadura Militar e início da Democratização no Brasil, onde surgiram os primeiros movimentos sociais, que antes eram proibidos pelo governo militar. O MST (Movimento Sem Terra), criado no ano de 1985, é um exemplo de movimento social surgido nesse período da democratização brasileira. Com o surgimento dos primeiros movimentos sociais a temática reforma agrária ressurgiu com mais força, fazendo surgir o Decreto nº 97.766 de 10 de outubro de 1985 que instituía um novo Plano Nacional de Reforma Agrária, onde destinaria 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. (INCRA, 2017). Para isso, foi criado o MIRAD (Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária) que, em apenas quatro anos depois, apenas 82.689 famílias foram assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares. O objetivo foi muito aquém do se planejava.

Já na década de 1990, inicialmente no Governo Collor, inicia-se não só no Brasil, mas em toda a América Latina, a fase do neoliberalismo. O sonho de se realizar uma reforma agrária não se concretiza e o agronegócio continua sendo o foco do governo, causando tensões no campo. Para amenizar essa situação, no Governo de FHC são criados os primeiros programas voltados para a agricultura familiar e o surgimento de alguns assentamentos. Um desses programas é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que visa financiar “projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária” (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

Já os primeiros assentamentos no Governo FHC também foi muito aquém do que precisava na realidade. Contudo, quando se inicia a Era PT no Brasil, expectativas referentes a reforma agrária se tinha e que, felizmente o país focaria na agricultura familiar. Mesmo havendo a expansão do PRONAF para atender um número maior de agricultores, a tão sonhada reforma agrária no Brasil não se concretiza e os assentamentos criados no Governo Lula foram menos que no governo anterior. Essa desilusão piora no Governo Dilma que criou muito poucos assentamentos, menos ainda que os governos anteriores.

Contudo, esses assentamentos não se podem considerá-los como ganhos de reforma agrária, uma vez que o Estado paga para os latifundiários a terra, mesmo que essas terras estavam paradas, sem uso. A Reforma Agrária realizada dessa forma não é incorreta para latifundiários, pois eles ainda continuam lucrando com a terra.

A busca pela participação política de acordo com Hannah

Hannah Arendt (14 de outubro de 1906 – 4 de dezembro de 1975) nasceu em Linden-Alemanha e faleceu em Nova Iorque-Estados Unidos, era alemã de origem judaica e se tornou uma das filosofas influentes do século passado. Na década de 1920 Arendt estudou teologia cristã e os clássicos como aluna especial na Universidade de Berlim, sendo que em seguida, 1924, ingressou na Universidade de Marburg para estudar filosofia com Martin Heidegger (CORREIA, 2006). No final desta década se envolveu com a política judaica, por meio do movimento sionista, e presa na década seguinte pelo Partido Nazista que estava no poder do Governo Alemão.

Em sua obra *A Origem do Totalitarismo*, por exemplo, Arendt buscou discutir sobre como os acontecimentos políticos contemporâneos refletem na sociedade. Hannah Arendt visou discutir o antissemitismo e o imperialismo nessa obra, além de descrever diferentes incidentes a partir de várias fontes, como forma de mostrar como o pensamento racial começou a emergir no continente europeu (VICENTE, 2012).

Outro ponto de discussão de Arendt é sobre a participação política da sociedade, fator este que para a autora precisa ser melhor refletido por todos. Em sua obra *A Condição Humana*, Arendt tematiza três conceitos essenciais, que são: o trabalho; produção; e ação. Esses três conceitos fazem parte da *vita activa* ou vida humana (CAMARGO, 2013). Todavia, como a própria autora pede para não interpretar erroneamente o que é a condição humana com a natureza humana, uma vez que a segunda se refere ao humano animal.

Para acontecer essa distinção proposta pela filósofa, vê-se o caso do trabalho e obra por exemplo, que tem caráter de novidade:

Ao defender esta distinção, ela argumenta que todas as línguas europeias possuem duas palavras de etimologia diferente para designar o que hoje para nós é uma mesma atividade, e curiosamente elas conservam as duas palavras mesmo elas sendo usadas como sinônimas (CAMARGO, 2013, p. 191).

No entanto, segundo Arendt, os termos têm significados distintos. No caso do primeiro, trabalho ou *labor* para a filósofa, é a atividade que se refere ao procedimento biológico do corpo humano, a própria vida:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio tem a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor ao processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida (ARENDDT, 2007, p. 15).

O labor é responsável por assegurar não apenas a vida do indivíduo, mas sim da espécie. É por meio do interesse do labor que a atividade que visa a vida que será realizada.

Já o conceito produção ou trabalho para a filósofa, faz referência a atividade superficial do ser humano. É por meio do trabalho que um mundo superficialista de formas são produzidas:

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, e não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo <<artificial>> de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural (ARENDR, 2007, p. 15).

É por dentro das suas fronteiras que se habita cada um a sua vida individual, mundo este destinado para sobreviver e transcender todas as vidas individuais. “A condição humana do trabalho é a mundanidade” (ARENDR, 2007, p. 15).

Por fim, a ação faz referência à atividade que o ser humano exerce diretamente entre os homens, sem haver a mediação das matérias ou das coisas. Sem essa interferência na relação humana, a condição humana será a pluralidade, ao fato que os homens e não o homem, vivem no mesmo espaço e de forma coletiva. Todos esses aspectos da condição humana têm relação com a política:

Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas ao *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política (ARENDR, 2007, p. 15)

É por meio da ação, e não por meio do labor e pelo trabalho, que se dará a participação política de todos. Contudo, a participação e os interesses devem serem de modo coletivo e não individual.

Para que aconteça a ação, a política, é preciso que os interesses coletivos sejam levados para o domínio público. No entanto, o que está acontecendo é os interesses individuais que deveriam serem discutidos no domínio privado estarem sendo abordados no domínio público.

Para a filósofa, é preciso que os assuntos sobre interesse individual sejam abordados no domínio privado, espaço individual ou da própria vida do homem, já o domínio público é o espaço em que os interesses do homem se sobrepõem aos interesses dos homens. Para que isso não aconteça, interesse do homem no domínio público, a participação política da sociedade é importante e o foco da coletividade deve ser a meta.

A reforma agrária como assunto de domínio público

No Brasil a busca por uma reforma agrária verdadeira, onde se vise proporcionar espaço para todos, tanto os grandes agricultores quanto os agricultores familiares, causaram ao longo do tempo conflitos violentos. O Brasil, pode-se assim dizer, nunca teve uma reforma agrária exata, mas sim ações passageiras para que aliviassem as tensões que acontecem no campo.

Entretanto, como buscar a realização da reforma agrária brasileira de baixo para cima e não ao contrário?

Antes de trabalhar-se com essa problemática é preciso iniciar essa parte com a seguinte frase de Edmund Burke: *Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la*. É interessante que os diversos problemas socioambientais enfrentados pela população brasileira são causados, entre tantos outros, pela falta de conhecimento que a sociedade não tem sobre a causa. No caso de se realizar a Reforma Agrária de forma correta, infelizmente um dos fatores que impedem a sua realização completamente se deve a falta de conhecimento sobre o que acontece no campo por todos.

A estrutura agrária brasileira foi implantada de uma forma desigual, em que uma parte minoritária se beneficiou, fator este que impedirá de haver uma reforma agrária verdadeira no país:

A estrutura agrária implantada no país constrói uma história de desigualdade e injustiça social, onde negros, índios e mestiços não são favorecidos, ficando, deste modo, relegados ao descaso e sem garantias em relação à posse da terra (PAIM; DALL'IGNA, 2009, p. 2).

A partir da segunda metade do século XX, principalmente no período de redemocratização no Brasil que movimentos sociais do campo se fortaleceram e a luta pela reforma agrária ganha espaço no cenário nacional. Contudo, se os movimentos sociais do campo ganharam espaços nos noticiários nacionais, a forma em que são noticiados atrapalha o desenvolvimento da discussão sobre a reforma agrária.

Segundo Martins (2004) aponta que, mesmo que os movimentos sociais de interesse do agricultor familiar, principalmente o MST, ganhassem esse espaço de discussão na sociedade, na maior parte das vezes é abordado como um problema. Os movimentos tornaram-se vítimas do maniqueísmo demonizador que empobrece e reduz sua competência política e sua oportunidade histórica.

É preciso que a Reforma Agrária se torne uma temática de discussão pública, em que busque verificar em como a reforma agrária beneficiaria de fato o país. Entretanto, os interesses de domínio privado são usados como argumentos.

Segundo Arendt, como aponta Fernandes (2014), se levar em conta o pensamento grego é permitido dizer que para essa sociedade havia a separação da vida privada com a vida pública. Assuntos ligados à economia deveriam ser relacionados ao domínio privado e não ao público (FERNANDES, 2014).

A Reforma Agrária é um assunto de interesse coletivo, onde fatores socioambientais devem ser levados em consideração e não apenas discutir se a reforma no campo contribui de modo econômico. Para isso, a sociedade precisa olhar para esse tema não de forma preconceituosa, mas como uma problemática. Tirar o olhar de desprezo sobre quem precisa de um espaço de terra para sobreviver dignamente.

Só para analisar que a questão agrária é importante para ser discutido por todos, está representado na Figura 1 um mapa referente à classificação das microrregiões, segundo a estrutura fundiária no ano de 2003. Mesmo sendo um mapa que contém uma informação já um pouco antiga, a realidade no campo não se modificou muito. Além disso, falta informações mais recentes sobre a situação que se encontra o campo. O mapa da Figura 1 “foi elaborado a partir da classificação das microrregiões segundo a predominância das classes de área na detenção da área total dos imóveis” (GIRARDI, 2008).

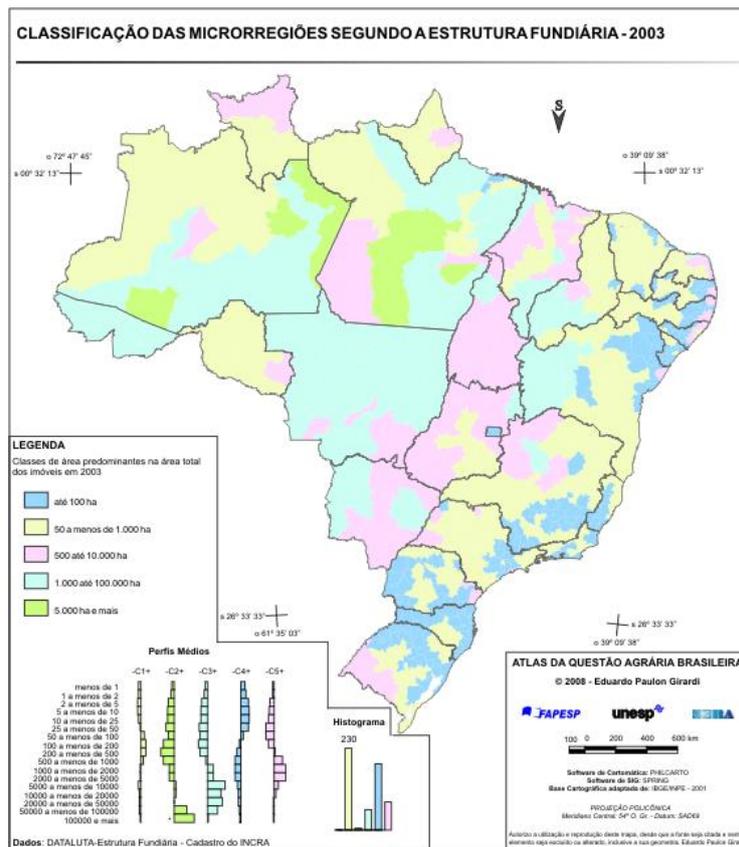
É possível verificar no mapa da Figura 1 como a estrutura fundiária no Brasil é extensa, principalmente no Oeste da Bahia, Mato Grosso, Região Norte e partes do Nordeste. Grandes extensões de terras nas mãos de poucos, enquanto os agricultores familiares não estão presentes em grande quantidade no país.

Outro fator que deve ser motivo de levar a reforma agrária para o domínio público é apontado na Constituição Federal de 1988 que aponta sobre a função social da terra. A concentração de terra é prejudicial ao país, principalmente a terra que não cumpre a sua função social.

O agronegócio não deve ser demonizado, no entanto é dever da sociedade discutir qual é a função social que está tendo. Mesmo que *commodities* sejam importantes, uma vez que contribui para a economia, não deve ser o alvo principal a ser alcançado. Porém, é na agricultura familiar tem um papel importantíssimo, pois é a grande responsável por alimentar a sociedade brasileira.

Por meio de uma reforma agrária justa e correta, será possível retirar trabalhadores sem propriedade rural de uma situação, que em certas ocasiões são precárias, para uma melhor posição. A reforma também facilitaria aos Poderes Públicos – Federal, Estadual e Municipal – desenvolverem melhores a suas políticas públicas.

Figura 1 – Classificação das Microrregiões segundo a Estrutura Fundiária em 2003.



Fonte: Eduardo Paulon Girardi, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo brasileiro ao longo de sua história foi espaço de muitos conflitos de interesses, principalmente econômicos, que uma minoria da população busca no campo o controle. Mesmo com a queda da monarquia no poder do Brasil, a outra monarquia, a monarquia ruralista, nunca saiu da sua dinastia.

A busca por uma reforma agrária no país serviria para proporcionar a trabalhadores rurais que não tem um pequeno espaço de terra para tirar a sua sobrevivência. Ao contrário disso, o que acontece no campo brasileiro é controle de uma grande extensão territorial na mão de poucos.

A discussão sobre reforma agrária é importante para a sociedade, uma vez que é interesse de assunto coletivo, como aponta a filósofa Arendt. Já os interesses privados ou domésticos, como questões econômicas, devem não serem levados ao debate com a sociedade, uma vez que o social é o que precisa primeiramente ser discutido.

Para que isso aconteça é preciso que haja a participação política de todos e a visão preconceituosa já tido sobre a reforma agrária não pode interferir. O problema é que os

movimentos sociais de interesse a reforma agrária são taxados como os vilões e não como pessoas que querem uma mudança necessária. Porém, para que isso aconteça é preciso que a sociedade busque discutir de forma crítica as questões sobre a reforma agrária no Brasil e como a sociedade num todo pode se beneficiar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. **Conheça as 11 bancadas mais poderosas da Câmara.** 2016. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

ARANTES, Poliana Beatriz; MENEZES, Luis Fernando T.; PEIXOTO, Ariane Luna. Novas tendências do desenvolvimento rural: agricultura ecológica no Espírito Santo. **Natureza Online**, Santa Tereza, v. 12, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/06_ArantesPBetal_137-152.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, 352 p. Tradução de: *The Human Condition*.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **História da Reforma Agrária.** 2017. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Sobre o Programa.** 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

CAMARGO, Leonardo Pellegrinelo. Sobre a Condição Humana no Pensamento de Hannah Arendt e Karl Marx. **Griot – Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 8, n. 2, dez. 2013. Disponível em: <<https://www2.ufrb.edu.br/griot/images/vol8-n2/15.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

CORREA, Adriano. Hannah Arendt (1906-1975). **Revista Ética & Filosofia Política**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_2_adriano.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

FERNANDES, Antônio Batista. Hannah Arendt e a Perda do Espaço Público. **Griot – Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 9, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/griot/images/vol9-n1/15_HANNAH_ARENDT_E_A_PERDA_DO_ESPA%C3%87O_P%C3%9ABLICO_-_Ant%C3%B4nio_Batista_Fernandes_FCRS.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Estrutura Fundiária**. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, 184 p. Tradução de: Die Agrarfrage.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editoras Vozes, 1981.

¹ Licenciado e Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: flaviohnavarro@yahoo.com.